LGBTQI+FOBIA
E SEGURANÇA PÚBLICA



REALIZAÇÃO

DMJRACIAL.COM @DMJRACIAL

Conexão G
Grupo LGBT nas favelas

PARCERIA

justiça global

APOIO

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL

LGBTQI+FOBIA
E SEGURANÇA PÚBLICA



AFINAL, QUAL A MAIOR NECESSIDADE DE UMA PESSOA ANTERIOR À SUA PRÓPRIA POSSIBILIDADE DE VIDA? QUAIS OS POSSÍVEIS DIREITOS A SEREM REIVINDICADOS SE, ANTES DE TUDO, A ORDENAÇÃO DA MORTE TEM SIDO O DEVER MAIS EFICAZ DO ESTADO COM RELAÇÃO A CORPOS LGBTI+, PRINCIPALMENTE PARA NEGRES E POBRES?

DMJRACIAL.COM @IDMJRACIAL
Conexão G
Grupo LGBT nas favelas

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO
Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial - IDMJR e Grupo Conexão G - Grupo de Cidadania LGBT para Moradores de Favelas

COORDENAÇÃO
Fransérgio Goulart, Gilmara Cunha e Patrick Melo

DIAGRAMAÇÃO
Patrick Melo

PRODUÇÃO DE DADOS
Patrick Melo, Mauro Lima dos Santos e Vinicius Silva

FOTO DA CAPA
Victor Piroli -
edição Patrick Melo

Av Erasmo Braga n°277 sala 411 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Cep 20.020 - 000
Idioma Original Português
Apoio: Fundação Heinrich Böll Stiftung Brasil

Publicado originalmente em 2022 pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial e Grupo Conexão G

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente por quaisquer meios, para fins educacionais, de militância e de campanhas, não podendo ser comercializado.

Para saber mais da IDMJR: https://dmjracial.com/

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
Por que produzir uma pesquisa sobre Segurança Pública com a população LGBTI+?

METODOLOGIA
Grupos focais com a população LGBTI+

PERFIL DE PARTICIPANTES
Perfil de participantes por gênero, orientação sexual e raça

GRUPOS FOCAIS
Análises, conversas e reflexões

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA
Referências e curiosidades



INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL

A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial — IDMJR é uma organização que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado. Buscamos debater Segurança Pública na Baixada Fluminense a partir da centralidade do enfrentamento ao racismo e aos privilégios da branquitude. Pois, a estrutura racista do Estado define as diferentes faces do genocídio para populações negras de periferias, subúrbios e favelas.

Nossa atuação territorial é desenvolvida na região da Baixada Fluminense - RJ e visa a construção de políticas de segurança pública pautadas na vida, na garantia do direito à memória para vítimas e familiares da violência de Estado, com centralidade no enfrentamento ao racismo estrutural e reivindicação por justiça racial.

A IDMJR é composta por uma equipe de diferentes campos dos saberes que produz contranarrativas sobre violência de Estado e da luta antirracista nas periferias.

CONEXÃO G

O Grupo Conexão G é uma organização da sociedade civil, fundada em março de 2006, por um grupo de jovens com o objetivo de lutar pela promoção dos direitos humanos de pessoas LGBTI+ em territórios de favelas. A trajetória de nosso coletivo é caracterizada por um interesse em comum dos jovens de trabalhar com a minimização dos preconceitos vividos por estas pessoas, de forma integrada e abrangente, com o foco na cidadania, segurança, empregabilidade, educação e saúde da população LGBTI+ moradora de favelas na cidade do Rio de Janeiro .

Nessas quase duas décadas de atuação, contamos com apoio de diferentes aliados e aliadas para construção de um trabalho antirracista e anti-lgbtifóbico. Certamente, a lista de nomes é imensa, tanto quanto nosso carinho, respeito e admiração por essas pessoas que se juntam a nós nesta luta pela vida e pelos direitos de vida.

APRESENTAÇÃO

Por que produzir uma pesquisa sobre Segurança Pública com a população LGBTI+?

As ações de segurança pública promovidas pelo estado impactam de forma desigual as populações LGBTI+ faveladas. Neste gradiente de opressão social, travestis e transexuais continuam sendo os alvos favoritos de predação por um sistema institucional que não as reconhece como cidadãs de direito, sobretudo quando são pessoas negras ou não brancas. Desta forma, é impossível olhar para o cenário de Segurança Pública no Rio de Janeiro sem levar em conta o entrelaçamento entre diferentes linhas de força que produzem tais sistemas de opressão, sendo a interseccionalidade aqui uma intersecção de dinâmicas onde o território constitui parte fundamental para se compreender os modos pelos quais o racismo, a classe e a transfobia e a LGBTIfobia produzem diversas opressões.

Não há como tratarmos de segurança pública sem nos atermos aos métodos promovidos pelo Estado, cada vez mais servindo à ordem de morte da juventude negra favelada. As conversas com a população LGBTI+ nos grupos focais mostram que a juventude preta é, em qualquer idade, lida pela polícia como um alvo suspeito, independente do local de circulação, vestimenta ou atividade que esteja exercendo. Este olhar vicioso do estado, que se escora na falácia da guerra às drogas e ao combate ao crime organizado, opera por uma lógica de violências incessantes à essa população. Este modelo de Segurança Pública tem impacto direto nas dinâmicas e serviços, principalmente nas áreas de educação e saúde. Na educação, é uma tendência que se comprova há anos e não é exclusividade da Maré. Somente em 2019, ao todo, foram registrados mais de 4 mil disparos de arma de fogo nas proximidades de escolas. Com isso, 295 escolas foram fechadas por pelo menos um dia ao longo do ano letivo.

A juventude preta, LGBTI+ e favelada começa a experimentar muito cedo os impactos das violências e violações promovidas pelas ações de segurança pública do Estado que acabam por não promover um modelo de segurança efetiva para estes corpos. Estes processos de violações criam uma distância entre a população favelada e os agentes policiais que irão atuar em eventuais necessidades de acesso à serviços de proteção, tanto pela maneira como eles leem estes territórios, quanto pela forma como essa população é tratada na aproximação com os agentes. A violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil é atravessada por dinâmicas de raça e classe fazendo com que esse cenário atravesse os corpos e experiências de sujeitos LGBTI+ de favela de maneira particular, não apenas por violar os direitos estabelecidos em importantes convenções, tratados e acordos internacionais, mas principalmente por constituírem graves barreiras para a existência das pessoas LGBTI+ que vivem em favelas e periferias.

Frente a intersecção entre LGBTIfobia, raça, classe e território, é fundamental levar ao debate social os impactos que esse tipo de violência produz nas experiências destes sujeitos, bem como promover visibilidade para os modos de violação particular que essas pessoas enfrentam nestes territórios.

"A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTI+NO BRASIL É ATRAVESSADA POR DINÂMICAS DE RAÇA E CLASSE"



METODOLOGIA

A escolha metodológica se deu a partir do objetivo da pesquisa e do tempo/recurso disponível para realização, e por entender que a metodologia dos grupos focais permite a construção de dados mais qualitativos, ainda mais quando a seara pesquisada ainda é muito pouco explorada.

Os grupos focais consistiram em painéis facilitados por um moderador, que reuniu de 10 a 12 participantes por um período (03 meses) para trocar perspectivas, conhecimentos e pensamentos sobre a percepção da População LGBTI+ em especial as moradoras de favelas e periferias das seguintes regiões (Duque de Caxias/ RJ, São Gonçalo/RJ, Favela da Maré e Jardim Palmares/RJ)

As informações foram produzidas através de conversas, interações e discussões naturais entre os/as participantes. Os/as participantes dos grupos focais podem se questionar e se explicar. Isso representa uma grande oportunidade para observar comportamentos, conversas, tensões e interações sem se intrometer.

Junto ao Grupo Focal, também estabelecemos a aplicação de formulários do projeto "Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas" realizado pelo Grupo Conexão G.

PERGUNTAS NORTEADORAS

1. Como você avalia a política de segurança pública no Rio de Janeiro?

2. Como os agentes de segurança pública (policiais) lidam com a população LGBTI+?

3. As abordagens policiais com a população LGBTI + nas favelas é diferenciada?

4. E os outros grupos que agem pela ação ou omissão do Estado (milícias e tráfico de drogas) como é a convivência com eles?

5. Quando você se vê violentada por um policial, miliciano ou varejista , onde procura apoio?

Este projeto visa mensurar as violências e violações às quais a população LGBTI+ moradoras de favela estão submetidas no estado, entendendo que não somente as ações de segurança pública são fragilizadoras dessa população, mas violências em outras instâncias como a evasão escolar, o acesso à serviços básicos, mobilidade urbana, acesso à cultura e moradia.

Foi este cruzamento de metodologias que construíram os resultados da percepção da Política de Segurança Pública nos corpos LGBTI+.

4 TERRITÓRIOS

- MARÉ → 10 PARTICIPANTES
- JARDIM PALMARES → 11 PARTICIPANTES
- DUQUE DE CAXIAS → 10 PARTICIPANTES
- SÃO GONÇALO → 5 PARTICIPANTES



36 PARTICIPANTES

Dados: IDMJR e Grupo Conexão G

PERFIL DE PARTICIPANTES

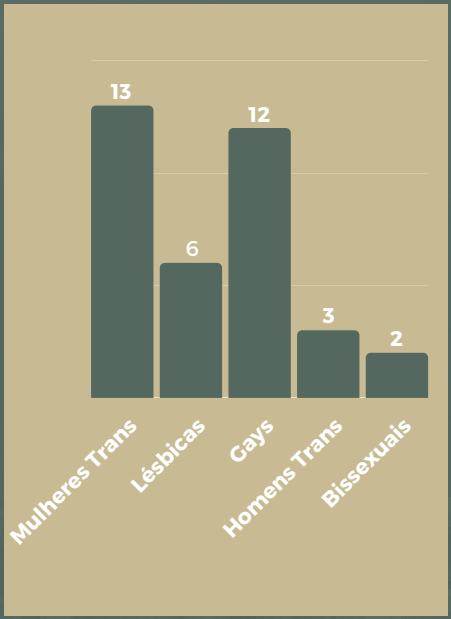
A partir dos grupos focais realizados nos quatro territórios, Maré, Jardim Palmares, Duque de Caxias e São Gonçalo, foi possível identificar perfis a partir de Raça, Gênero e Orientação Sexual.

Estas informações são importantes para que, a partir dos territórios, e a observação de como se dá a geopolítica dos poderes instituídos - a saber, quais os grupos administram ou disputam as determinadas áreas, se os métodos de controle ali utilizados espelham nas relações com as populações LGBTI+, etc. -, comparar as diferentes dinâmicas e relatos pelos grupos participantes.

MARÉ	JARDIM PALMARES	DUQUE DE CAXIAS	SÃO GONÇALO
3 Mulheres Transexuais	4 Mulheres Transexuais	2 Mulheres Transexuais	4 Mulheres Transexuais
1 Mulher Cisgênero Lésbica	2 Mulheres Cisgênero Lésbicas	3 Mulheres Cisgênero Lésbicas	1 Homem Cisgênero Gay
4 Homens Cisgênero Gays	5 Homens Cisgênero Gays	2 Homens Cisgênero Gays	
1 Mulher Cisgênero Bissexual		3 Homens Transexuais	
1 Homem Cisgênero Bissexual			

Dados: IDMJR e Grupo Conexão G

Participantes por Gênero / Orientação Sexual



A Baixada Fluminense concentra maior número de participantes transexuais da pesquisa;

Apenas o grupo da Maré apresentou participantes autodeclarados bissexuais;

Todas as participantes transexuais de Jardim Palmares ocupam a função de acompanhante, sendo principal fonte de renda ou como atividade complementar.

Participantes por Raça / Etnia

A Baixada Fluminense concentra o maior número de participantes negres;

63,8% do total de participantes são negres (pessoas pretas e pardas).



O grupo focal da Baixada Fluminense é o único em que aparecem relatos de violência policial direta, incluindo estupro e assédio sexual.

Dados: IDMJR e Grupo Conexão G

GRUPOS FOCAIS

Análises, conversas e reflexões

Ao longo de três meses, 36 pessoas LGBTI+ participaram de quatro Grupos Focais realizados no Complexo da Maré, Jardim Palmares, Duque de Caxias e São Gonçalo, todos territórios periféricos, de favelas, e de grande contingente populacional negros. Guardadas as proporções, esses 4 territórios, mais extensos ou menores, geograficamente, carregam em sua formação cicatrizes na luta por moradia, emprego, saneamento básico, saúde, educação, sobretudo dignidade. Mas, intencionalmente, nosso ponto de partida sobrepunha essas necessidades básicas que historicamente esses territórios perseguem. Afinal, qual a maior necessidade de uma pessoa anterior à sua própria possibilidade de vida? Quais os possíveis direitos a serem reivindicados se, antes de tudo, a ordenação da morte tem sido o dever mais eficaz do Estado com relação a corpos LGBTI+, principalmente para negres e pobres?

Segundo dados do Grupo Gay da Bahia - GGB, em 2021 foram registrados 300 mortes violentas de pessoas LGBTI+, totalizando 276 homicídios e 24 suicídios, 41% dos casos registrados era de pessoas negras (pardas e pretas) e 28% de pessoas brancas. A partir disso, o diagnóstico é de que ao menos um LGBTI+ morre violentamente a cada 29 horas em nosso país. Neste retrato, o Rio de Janeiro ocupa a quinta posição como cidade mais perigosa para pessoas LGBTI+ viverem, e apesar disso, quais são os diagnósticos produzidos sobre a interferência do Estado, por ação ou omissão, nestes casos? A política de segurança pública do RJ ocupa hoje a segunda maior pasta orçamentária do Estado com 16,3%, ultrapassando orçamentos para saúde, educação, assistência e desenvolvimento social, e dá conta desta encruzilhada a partir de seu projeto principal, a política de guerra às drogas e violação de corpos com especificidades quando se trata de populações LGBTI+. Não existe desfoque culposo quando se trata da concessão de direitos básicos a tais populações, e em áreas de favelas e periferias, para além dos marcadores de gênero e orientação sexual, há fatores de raça e classe que se desdobram em métodos de violações específicos.

Importante salientar que para analisar Política de Segurança Pública e a violência perpetrada em corpos LGBTI+, colocamos as relações destas populações com grupos que fazem gestão, ordenamento e disputas nos território, agentes das instituições policiais, frações de milícias e varejistas de facções do tráfico de drogas; pois não há possibilidades de se construir análises sobre violações em territórios periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, afastada da realidade, onde o Estado é o detentor do monopólio da violência, definindo de forma prévia a geopolítica dos poderes e grupos locais. E assim, por fim, nas microrrelações nos territórios,

"definindo quais são os corpos aceitáveis e inaceitáveis para a manutenção da ordem social."



Grupo Focal I - Maré

O Complexo da Maré fica na Av Brasil, uma rodovia que cruza a Zona Norte do Rio de Janeiro, uma das mais importantes do Estado, compreendendo que é também caminho para quem sai da Baixada Fluminense em direção à Capital Fluminense. Era quarta-feira, nos reunimos na Casa da Diversidade Gilmara Cunha, o Centro de Promoção da Cidadania LGBTI+ que fica na Favela da na Nova Holanda. A unidade é ligada ao Programa Estadual Rio Sem LGBTFobia, " é a primeira instalada numa favela do Rio de Janeiro, com serviços de apoio à população LGBTQI+ para garantir e promover cidadania e acesso aos direitos devidos".

Estávamos reunidos em 10 pessoas, um grupo diverso, majoritariamente feminino e negro. Como você avalia a política de Segurança Pública? foi a pergunta inicial daquele encontro. De início lançou-se mão de forma coletiva, quase unívoca da resposta. "A política de segurança não existe para nós. Parece que existe uma programação. Se você é favelado, pobre, tem que te tratar desse jeito. Agora, um burguês que mora em um condomínio, é totalmente diferente! É muito pacífica a abordagem da polícia! Como já vi reportagens de pessoas xingando policiais e eles na maior paciência, conversando, pedindo calma, amenizando a situação. Agora, um favelado faz isso? Ganha logo um tapão na cara! Esse discurso de guerra às drogas é simplesmente para exterminar o pobre e favelado, é uma questão de Estado".

A realidade do Grupo Focal da Maré já mostrava o prognóstico de que a relação das pessoas ali presentes, com agentes policiais e os grupos de controle locais, carregava desde a omissão à ação do Estado nas violações, além do relato de tentativa de acionamento de mecanismos de proteção da polícia, em caso de violência sofrida, todas sem sucesso e com relatos de subnotificação e desinteresse no encaminhamento de denúncia.

Para Emanuele, moradora da Baixa do Sapateiro, mulher jovem, negra e bissexual, as questões interseccionais de gênero, raça e classe estão explicitamente expostas na forma com que os agentes policiais atuam com as mulheres LBT+, sobretudo negras e pobres, sendo possível compreender este processo como parte da formação militarizada na qual os policiais são submetidos nos batalhões. A fala da jovem, carregada de relatos sobre abordagens realizadas por agentes masculinos, subnotificação na delegacia em caso de agressão, e constrangimento público por estar com sua companheira. E no que diz respeito à aplicação das leis Maria da Penha e a lei de Criminalização da Homofobia, para encaminhar as violações já sofridas por ela, "mas graças a deus a lei existe, entre aspas".

Grupo Focal II - Jardim Palmares

Era uma quarta-feira, o trajeto do Centro do Rio de Janeiro até Jardim Palmares, que beira a Avenida Brasil e fica na Zona Oeste da cidade, fora do horário de pico, somou-se em quase duas horas alternando entre metrô e ônibus. O processo de pesquisa in loco é capaz de colocar as análises em um lugar muito mais sensível, seria impossível iniciar qualquer escrita sobre Jardim Palmares sem refletir sobre a parcela de tempo que os moradores daquela região perdem apenas no transporte público. Logo na entrada, você se depara com trechos bíblicos, sem grupos armados nas ruas e comércios diversos, dos mais simples a grandes lojas com grandes letreiros. O encontro aconteceu na Associação de Moradores de Jardim Palmares, um espaço pequeno de uns três cômodos e uma obra inacabada nos fundos, cercada por uma fábrica de gelo de um lado e, no outro, uma creche comunitária particular. Não diferente de diversas favelas da região, dominadas e disputadas por frações de milícias. Ao longo do breve tempo, descobrimos que tanto a fábrica de gelo quanto a creche comunitária particular pertenciam à milícia local, que se apossou do terreno da Associação de Moradores, atuante há anos ali, para a construção das unidades.

As participantes do grupo esperavam na porta, com curiosidade, entretidas umas com as outras, todas se conheciam e reconheciam as histórias ali trocadas. Por utilizarmos de um método e de perguntas, as provocações eram as mesmas, e não diferente do grupo da Maré, foi identificada a ausência de tratamento por instituições policiais, enquanto umas lembravam às outras a forma com que os policiais já as havia abordado, em locais vazios ou com muitas pessoas, a seletividade no tratamento quando estavam presentes pessoas cisgênero e pessoas transgênero.

Criamos ali um grupo de confiança, o que facilitou a interação durante o processo. Cabe ressaltar que Jardim Palmares foi o território com segunda maior presença de pessoas transexuais, o que reservou a possibilidade de refletir e abrolhar especificidades, tanto no que diz respeito ao trato, quanto na seletividade e acusação prévia das mulheres trans naquele território; isto, quase que por determinações biológicas. Não faria muita diferença ler artigos da criminologia racista de Lombroso, e observar, hoje, abordagens policiais a mulheres transexuais e travestis na Zona Oeste do Rio de Janeiro, partindo do pressuposto que os corpos dessas mulheres se deslocando na cidade seja única e exclusivamente para fazer carregamento de drogas e armas.

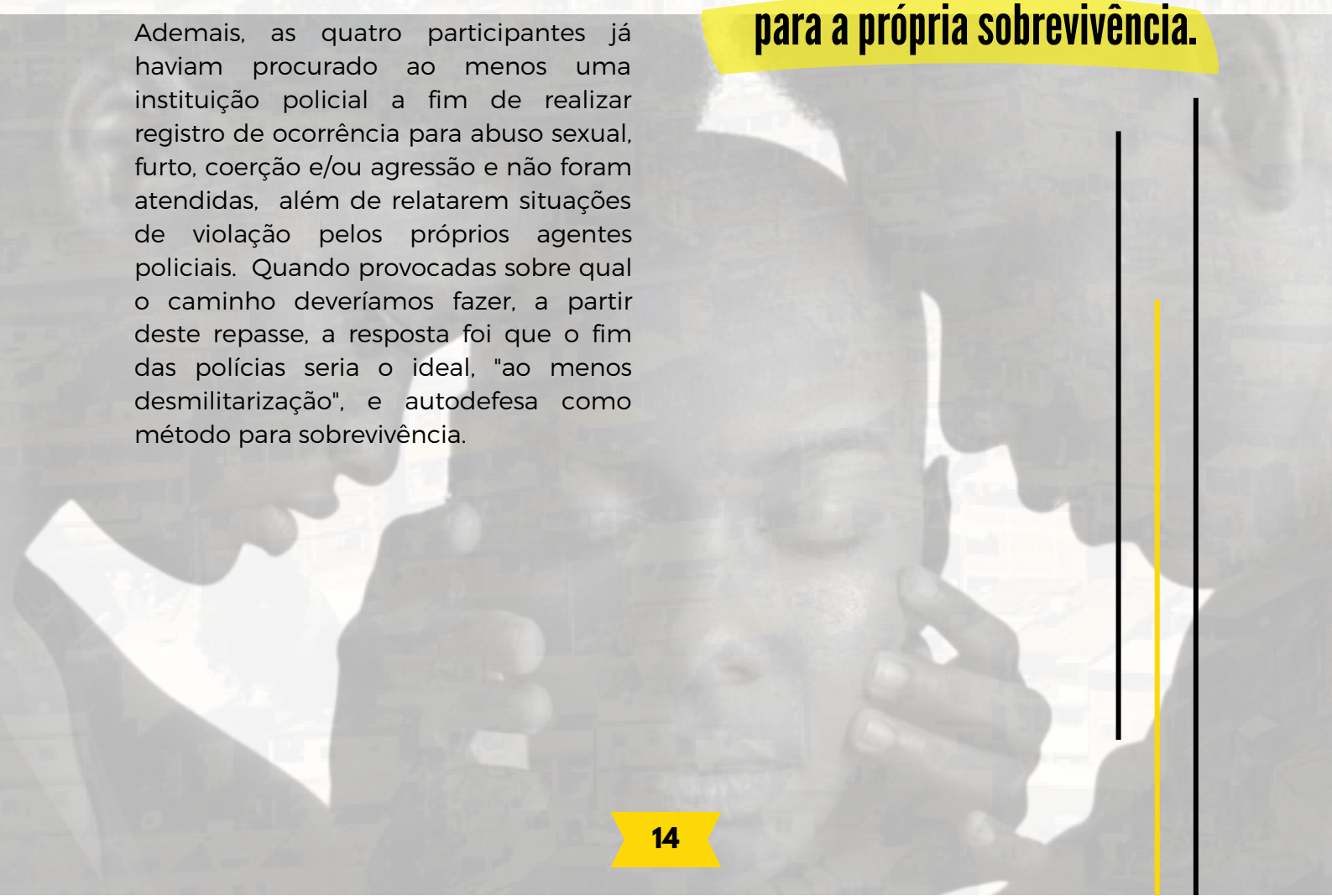
Veja página 19

Em um conjunto de 11 participantes onde quatro eram mulheres transexuais, todas elas trabalhavam com prostituição como fonte principal ou para complementar renda, e todas elas já haviam trabalhado na "pista", se trata do ato de ficar em calçadas, praças ou enconstas de vias públicas em busca de clientes e potenciais clientes para realizar trabalho sexual. Esta prática, descrita pelas participantes como perigosa na qual são obrigadas a se expor por não serem absorvidas pelo de trabalho informal. Como prática dos grupos de milícias, também em Jardim

Palmares, parte do processo de gestão territorial é a cobrança de taxas a comerciantes com a justificativa de proteção, e não diferente, a milícia local cobra taxas das prostitutas sob mesma justificativa, que acabam por optar a contratar "seguranças" ou se submeter a casas de prostituição e responderem a cafetões e cafetinas. Não nos atendo à discussão específica sobre o trabalho sexual, tratado em geral de forma moralista - seja em perspectiva judaico cristã ou no que diz respeito ao aspecto técnico teórico da legalidade ou ilegalidade, dignidade ou não que se tenha ou venha a ser construído nessa categoria - é preciso refletir nos níveis de violência às quais essas profissionais são submetidas. Por vezes agredidas e linchadas, ou passando por calotes de clientes e sem retorno de denúncias policiais, são submetidas a escolhas extremamente arriscadas e a postos de trabalho e gerenciamentos arbitrários por não terem opção de escolha.

Ademais, as quatro participantes já haviam procurado ao menos uma instituição policial a fim de realizar registro de ocorrência para abuso sexual, furto, coerção e/ou agressão e não foram atendidas, além de relatarem situações de violação pelos próprios agentes policiais. Quando provocadas sobre qual o caminho deveríamos fazer, a partir deste repasse, a resposta foi que o fim das polícias seria o ideal, "ao menos desmilitarização", e autodefesa como método para sobrevivência.

Ao serem questionadas sobre quais seriam os caminhos possíveis para tratamento de alguma situação que teoricamente deveria ser de responsabilidade das polícias ou em caso de violência policial, e de forma uníssona, respondeu-se que grupos de amigos e familiares é a única saída para acolhimento nesses casos, e para a própria sobrevivência.



Grupo Focal III - Duque de Caxias Baixada Fluminense

Duque de Caxias é um dos maiores municípios da Baixada Fluminense, uma região no Rio de Janeiro formada por 13 municípios. As curiosidades históricas sobre esta região são inúmeras. Pode-se iniciar com o apagamento dos contos, memórias e da importância das Hidras do Iguaçu, um complexo de quilombos de ex escravizados, fugidos e libertos, que ocupavam a região desse território em resistência frente às fazendas e o Império; comparada às Hidras de Lerna, cujo mistério girava em torno da história: não importa quantas cabeças você corte, para cada uma, sempre nasceram outras duas no lugar. A realidade é que, este pretenso fato, inseriu em sua história - como qualquer outra história de resistência do povo negro e da classe trabalhadora neste país - o julgo de problema oficial do Estado, concentrando em si toda capacidade de violência que o Estado possa oferecer, de políticas públicas precarizadas ao surgimento, gestão e disputas de frações de milícias, com os maiores índices de desaparecimentos Forçados do Estado, encarceramento em massa e operações policiais, a região que aglutina a maior parte da população negra do Estado do Rio de Janeiro, não obstante, continua sendo o problema do Estado.

Era mais uma quarta-feira, estavam presentes ali representantes de cinco, dos 13 municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Queimados e Belford Roxo). O encontro foi no "Complexo dos Direitos Humanos", um equipamento gigantesco, no centro da cidade, que concentra diversos mecanismos e centros de referência de apoio e assistência à população em um único lugar, no centro do município; logo de início, se você não compreende as interseções e dissonâncias entre ter um equipamento e o funcionamento de um equipamento de estado, inevitavelmente esperaria outros desdobramentos no decorrer daquela tarde.

Apesar de não ter sido o maior dos quatro grupos focais, o grupo de Duque de Caxias seguia as grandezas da Baixada Fluminense. Com o maior número de participação de pessoas negras, o único com a presença de homens transexuais, e de maior participação de pessoas transgênero.

As perguntas impulsionadoras foram as mesmas dos outros grupos, porém as respostas divergiam no sentido da intensidade e método utilizados para causar determinado constrangimento ou violação. Não há possibilidade honesta que dê conta de aplicar métricas de dor a processos e dinâmicas nas quais cada território é submetido, porém, existem espaços onde as relações e disputas de poderes locais, a presença mais ou menos latente de controle por igrejas evangélicas e o uso consolidado de determinadas práticas de tortura e execução estão postas, que tornam as relações, sobretudo de pessoas LGBTI+ e negras, em lugar de

maior vulnerabilidade. Ademais, o Grupo Focal de Duque de Caxias - Baixada Fluminense, foi o único onde relatos de violação sexual por agente policial foram citados, bem como, diferente de outros grupos, onde a ausência de tratamento é padrão violador, neste território o acesso aos corpos LGBTI+ se dá de forma outra, admitindo a violabilidade desses deles de forma natural e estruturante.

Ali, homens negros transexuais, mulheres transexuais, lésbicas e gays, todas as pessoas presentes, brancas e negras, colocaram suas demandas e análises sobre segurança pública na Baixada Fluminense. A particularidade da Baixada Fluminense, com relação aos outros territórios em que o método foi aplicado nitidamente está, também, no nível das relações e disputas de frações de milícias no território. Além de estarem extremamente capilarizados a partir de casas legislativas, poder executivo e instituições policiais, são ligadas às comunidades evangélicas, o que cria a possibilidade de transcendência de determinado posicionamento de aversão à população LGBTI+, por determinado grupo, e se constrói a ideia de uma população que precisa ser violentada, desaparecida, morta ou convertida à alguma congregação. Essa construção ideológica, a partir da religião, causa uma capacidade não apenas de apelo à violência contra esses corpos, como também de acesso a mecanismos de omissão frente à essas violências.

"O DELEGADO NÃO ANOTOU NADA

ELE NÃO QUERIA ME DEIXAR SAIR ENQUANTO EU NÃO TIVESSE RELAÇÕES SEXUAIS COM ELE"

"O DELEGADO NÃO ANOTOU NADA

ELE NÃO QUERIA ME DEIXAR SAIR ENQUANTO EU NÃO TIVESSE RELAÇÕES SEXUAIS COM ELE"

Grupo Focal IV - São Gonçalo

São Gonçalo foi o último grupo focal e o mais particular. O encontro foi realizado no Centro de Cidadania LGBTI+ de São Gonçalo, inaugurado em 2018 e fica situado no Bairro do Mutondo.

O grupo de São Gonçalo contou com a participação de cinco pessoas, onde quatro delas travestis e transexuais e três trabalhadoras da pista.

05 PARTICIPANTES

04 MULHERES TRANSEXUAIS

03 TRABALHADORAS DA PISTA

São Gonçalo é um dos municípios mais violentos do Estado, segundo dados da plataforma Fogo Cruzado, de janeiro a setembro de 2022 foram realizadas quatro chacinas, totalizando com as operações policiais 115 pessoas baleadas 51 mortes. Estes são dados importantes quando analisadas as violações de forma geral e complementar. O mesmo grupo que não tem acesso à saúde, educação, e direito à vida digna é atravessado pela violência policial em seus territórios e perseguido nas ruas por batidas policiais que atuam por meio de extorsão às trabalhadoras da pista, cobrando dinheiro, espancando e perseguindo.

Quando questionadas sobre a quem recorrer quando atacadas por um policial, miliciano ou varejista, a reflexão era de que não há institucionalidade que dê conta das demandas de violência policial contra as populações LGBTI+, responsabilizando a grupos de acolhimento locais como saída para garantia de cuidado em casos de violência, seja ela cometida por algum civil, seja por parte de agentes policiais.



CONCLUSÃO

Reafirmamos que este breve levantamento de percepções de populações LGBTI+ sobre segurança pública é de extrema importância para o avanço na luta contra a LGBTIfobia, o patriarcado, racismo e todas as opressões que constroem e permitem a violabilidade destes corpos, e não seria possível provocar nossos colegas, grupos de pesquisa, organizações e instituições sociais sem o auxílio daquelas, daqueles e daquelxs que doam a sua vida para sobreviver, tendo coragem de enfrentar a sociedade, com a responsabilidade de ser quem se é, sem perder a direção de que os avanços só se darão de forma coletiva.

Construir a luta é, antes de tudo, se dar a possibilidade de vida, e a partir dos apontamentos colocados nos grupos focais, selecionamos alguns caminhos que materializam a possibilidade de mudança enquanto prática cotidiana ou como indicativos para a construção e fotalecimento de políticas sociais para a população LGBTI+.

AUTODEFESA

FIM DA POLÍCIA

DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA

CRIAÇÃO DE MAIS CENTROS DE REFERÊNCIA LGBTI+

CRIAÇÃO DE PROJETOS DE CIDADANIA LGBTI+

FORTALECIMENTO DE GRUPOS DE ACOLHIMENTO LOCAIS

FIM DA FORMAÇÃO MILITARIZADA

BIBLIOGRAFIA

Referências e Curiosidades

QUEM FOI LOMBROSO? pág.13

Cesare Lombroso foi um médico psiquiatra, italiano, também conhecido como pai da criminologia. Em seus estudos criou a teoria do criminoso nato, ele acreditava que a partir de características físicas e mentais seria possível definir a criminalidade a partir da ciência. Seu estudo foi realizados com mais de 25mil homens em situação de privação de liberdade. A partir de sua teoria, ele afirmava que, para livrar a sociedade do crime, era preciso isolar as pessoas com traços criminosos. Apesar da teoria não ter vigorado longo tempo na Europa, na América Latina, logo, no Brasil, seus estudos e método foram absorvidos.

Projeto Observatório de Violência LGBTI+ de Favela

Grupo Conexão G

Se você é uma pessoa LGBTI+ de favela, acesse no link abaixo o formulário do projeto "Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas" realizado pelo Grupo Conexão G, e ajude na produção de dados sobre as violências e violações de Estado às quais estamos submetidas!

https://form.jotform.com/212855049432052

Bibliografia

1. Dossiê "Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil" RELATÓRIO 2021, Grupo Gay da Bahia.
2. Dossiê Orçamentário "De Olho na Alerj" , Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial.

REALIZAÇÃO

DMJRACIAL.COM @DMJRACIAL

Conexão G Grupo LGBT nas favelas

PARCERIA

justiça global

APOIO

HEINRICH BÖLL STIFTUNG BRASIL

DMJRACIAL.COM
@IDMJRACIAL

Conexão G
Grupo LGBT nas favelas